

Entre anônimos, armados e rebeldes: os elementos da História Social na Revolta dos Posseiros de 1957

Roberto Pocai Filho*

Resumo: Este artigo examina os dois discursos de Othon Mader em favor dos posseiros que participaram da Revolta dos Posseiros de 1957, entre os dias 6 e 9 de dezembro de 1958, no Senado Federal. Nas palavras do senador, se configurou uma direta acusação ao então governador do Paraná, Moysés Lupion, por sua “dupla responsabilidade” nos crimes ocorridos contra os posseiros. Muito além dessa fonte, algumas entrevistas orais exibem o grau de organização dos posseiros no ambiente da revolta. Elas demonstram enormes possibilidades de pesquisa sobre esse episódio da História do Paraná: consciência de classe, conflito da terra, relações de poder, entre outras.

Palavras-chave: História Social do Paraná – Consciência de classe – Relações de poder – Questão da terra

Abstract: This article examines the two speeches Othon Mader in favor of squatters who attended the Squatters’ Revolt of 1957 between 6 and 9 December 1958 in the Senate. In the words of Senator sets up a direct indictment of the governor of Paraná Moyses Lupion for its “dual responsibility” for crimes occurring against the squatters. Beyond this source, some oral interviews show the degree of organization of squatters in the environment of the revolt. They demonstrate enormous possibilities of search on this episode of the History of Paraná: class consciousness, land conflict, power relations, among others.

Keywords: Social history of Paraná – Class consciousness – Power relations – The land question

Um ano após o fim da Revolta dos Posseiros, sobrevivia na memória das famílias posseiras a violência cometida pelos jagunços que haviam se instalado no Sudoeste do Paraná com a intenção de expulsar os colonos ali residentes. Ainda assim, muito distante dali e muito além disso, a revolta havia alimentado uma “queda de braço” entre os opositoristas da UDN (União Democrática Nacional), que acusavam o governador Moysés Lupion de compactuar com uma série de crimes

* Formado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e pós-graduado em Metodologia do Ensino de História, mestrando em História, identidade e cultura pela UEPG e autor do livro *Nos bastidores do proletariado*.

contra os posseiros e contra os partidários do PSD (Partido Social Democrático – partido do governador Moysés Lupion).

O senador Gaspar Veloso (PSD), ao saber dos rumores da oposição, declarou na Tribuna do Senado que dos conflitos de terra no Sudoeste paranaense entre os posseiros **“não havia sequer um morto”**.¹ Em resposta a isso, o senador Othon Mader elaborou diversas acusações e a partir de dois discursos proferidos em 06 de outubro de 1958 e 09 de dezembro de 1958 criou o texto chamado **“A Rebelião Agrária no Sudoeste do Paraná em 1957”**. Além de discutir tal documento², este artigo tem por finalidade analisar outros olhares sobre o episódio da Revolta dos Posseiros, como a questão da terra no **“sertão”** do Sudoeste, a consciência de classe do **“ser posseiro”** e as relações de poder nos bastidores do governo de Moysés Lupion.

Sobretudo, outra visão sobre a História aqui se apresenta. A História Social permite obter um novo olhar sobre o processo histórico, utilizando antigas fontes. Essa revisão deve construir novos questionamentos, procurando rupturas nesse processo, novos personagens que durante muito tempo foram vistos **“de baixo”**. No raso das camadas sociais, diversos questionamentos fazem emergir outras temáticas, dando um acesso ampliado na História aos personagens comuns da vida social, seres que não almejavam emergir nas narrativas, mas que acidentalmente permitem-nos ter outras observações sobre os acontecimentos.³

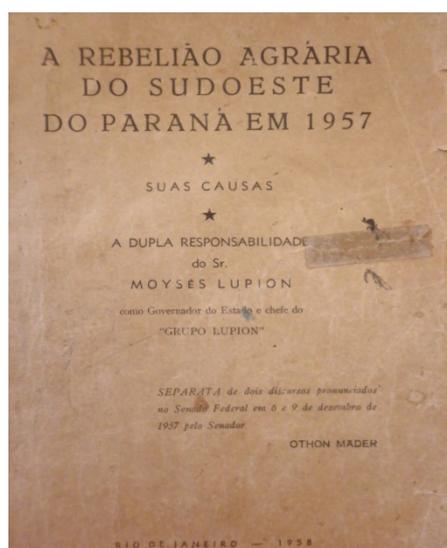


Imagem 1: Capa de **“A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná em 1957”**

O documento cita vários crimes cometidos por jagunços que estavam sob o comando das companhias. Abaixo, alguns deles são citados indiretamente, a fim de permitir ao leitor a percepção do teor do discurso.

- 1 MADER, O. *A rebelião agrária do sudoeste em 1957*. 1958. Digitalizado pelo autor e disponível em: <http://scribd.com>. Acesso em: 25 mar. 2013, p. 3. (grifos no original)
- 2 O artigo utiliza a metodologia de análise do conteúdo do discurso, retirando das fontes palavras importantes e procurando nelas seu significado para o contexto onde o discurso atua (BARDIN, 1977).
- 3 SHARPE, J. **“A história vista de baixo”**. In: BURKE, P. *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

Francisco Beltrão, madrugada de cinco de outubro de 1957

Meia-noite, o silêncio da noite era companhia do Inspetor de Quarteirão “Maringá”, que, apesar da calma do breu noturno, costumava dormir com um olho fechado e o outro aberto, esperando a visita de seus companheiros funcionários da Companhia Comercial Paraná. E eis que eles apareceram: “Chapéu de Couro”, “Gauchinho”, “Mato Grosso”, “Lapa”, José Lucas e Walter de Tal. Mandados pelo chefe do escritório da Companhia, Lino Marchetti, pediam informações para chegar até as casas de Manuel Paraguay e João Saldanha.

“Maringá” acompanhou a tropa costeando o rio Ampére para não fazer barulho, cortando o capim a facão, passando entre os capoeirões; os passos lentos e precisos no barro eram apenas interrompidos pelo coaxar dos sapos no banhado. Logo que chegaram à casa de Paraguay, perceberam que o rancho estava vazio e logo atearam fogo, voltando a atravessar o Ampére em outro trecho, se direcionando à casa de João Saldanha.

Ao perceber a presença dos jagunços, Saldanha pegou uma Winchester e um revólver, arrombou a porta dos fundos da casa e fugiu para o mato. Foi perseguido pelos tiros dos seis funcionários da Companhia. Cada tiro carregado de pólvora era carregado também pela sede de vingança de Nino Farias e Eugênio de Tal, dois de seus companheiros que foram mortos a bala por Saldanha.

“Chapéu de Couro”, o líder da jagunçada, entrou na casa acompanhado do tal “Gauchinho”, pegou a mulher de Saldanha quando ela estava para fugir e o filho de nove anos de idade, e logo os matou a tiros pelas costas enquanto “Gauchinho” matava uma menina de cinco anos.

A mando de “Chapéu de Couro”, “Maringá” adentrou o mato acompanhado do tal “Lapa”, ao encalço de João Saldanha, para ver se ele havia conseguido fugir. Nem sinal dele; aparentemente havia conseguido escapar. Um galão de gasolina foi o suficiente para queimar toda a casa. Sentados em um cepo, a jagunçada assistia ao término do incêndio, enquanto os filhos de Saldanha e sua mulher estavam mortos, jogados num mato do lado da casa. Até aquele momento, apenas dois dos filhos haviam sobrevivido, um rapaz havia fugido para o mato enquanto outro recém-nascido estava nos braços de “Chapéu de Couro”, até que foi jogado para cima e espetado pela adaga de José Lucas.⁴

A fuga de João Saldanha e de um de seus filhos de forma alguma atingiu o sentimento de dever cumprido daqueles jagunços que iam dando as costas para o seu rancho. Sua sobrevivência significaria para eles que aquele episódio ali ocorrido se alastraria como fogo no mato seco. Além disso, eles sabiam que Saldanha teria que conviver com a terrível lembrança do extermínio quase total de sua família.

“Terra de ninguém”: a Revolta e a questão da terra no sertão do Sudoeste do Paraná

Se até os estranhos ao drama que se desenrola nos sertões paranaenses não podem conter sua revolta ante tanta monstruosidade e tanta desumanidade, que dizer daqueles miseráveis trabalhadores da terra,

4 MADER, op. cit.

que sofrem a dor nas suas próprias carnes, nas de suas mulheres e nas de seus inocentes filhos!

(Othon Mader, discurso no Senado em 06 de dezembro de 1957).

A colonização branca do Sudoeste do Paraná⁵ se inicia pela política expansionista ocasionada pelos “bugreiros” que praticavam a “desinfestação indígena”, ainda nos finais do século XIX e início do XX. Os nativos eram mortos violentamente; deles eram arrancadas as orelhas como forma de comprovação à Companhia; suas mulheres eram “pegas a cachorro”⁶ pelo colonizador, se formando ali a miscigenação que daria fruto ao caboclo paranaense.⁷

Além de o governo ignorar essa ocupação indígena e cabocla, ainda passou a titulação das terras nas mãos de empresas privadas. Dom Pedro II, dias antes de sua queda, concedeu os títulos das terras devolutas ao engenheiro João Teixeira Soares, que ficou a cargo da construção de uma ferrovia. Durante a República, os títulos da gleba Missões passaram para a Brazil Railway Company e depois foram transferidos para a BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio). Até que, em 1940, a União incorporou o patrimônio da companhia estadunidense. A gleba foi alvo de disputas entre a União e o estado paranaense. A União anunciou a criação da CANGO em 1943 (Colônia Agrícola Nacional General Osório) pelo decreto-lei 12.417, a fim de desenvolver a região com a vinda de migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.⁸

Na região Sudoeste, a ação do migrante ficou conhecida como pertencente à “frente pioneira”. Para aqui se estabelecer, “os gringos” precisavam fazer com que os caboclos desistissem das terras. Um revólver, ou uma mula, ou até duas bolsas de milho: esse passou a ser o valor da desistência das terras. Negociado o preço, ambos iam até a venda mais próxima para que o bodegueiro se tornasse testemunha da desistência; ali era comum ambos arrancarem um fio de bigode de cada um e trocarem simbolizando o acordo.⁹

Não existiam cartórios na época; a palavra valia muito mais do que qualquer papel assinado e registrado. A autoridade máxima da região nomeada por instituições sediadas em centros urbanos distantes pertencia ao inspetor de quarterão.

5 A região Sudoeste do Paraná, catalogada na década de 1920, possui aproximadamente 4.972.180.142 m². Em sua extensão, possui o vale do Chopim e das Missões, que eram tratados pelo governo estadual como glebas de terras. Composto sua fauna, estão as aves como: o jacu, o macuco, a jacutinga, o tiê-sangue, a araponga, o sanhaço, numerosos beija-flores, tucanos, saíras e gaturamos; os répteis como: teiú, jiboia, jararaca e coral; e outras espécies ameaçadas de extinção como: a onça-pintada, a jaguatirica, o mono-carvoeiro, o macaco-prego, o guariba, o mico-leão-dourado, vários saguis, a preguiça-de-coleira, o caxinguelê e o tamandú. Em sua flora, se revelam nove variedades de araucárias; essa floresta também possui espécies vegetais de grande importância econômica, como a imbuia, a canela lageana, o pinheiro-bravo e a canela sassafrás. Nesse bioma, encontra-se também o mate (erva-mate), que é muito explorado na região e utilizado para a preparação do chimarrão. UFF, *Mata das Araucárias*. Disponível em: <http://www.uff.br/>. Acesso em: 22 mar. 2012.

6 Além de responsável pela devastação de diversos hectares de matas, o colonizador se tornou agente também pela geração do povo sudoestino a partir de uma certa “conquista sexual” sobre as índias que aqui residiam. Diversas fontes procuradas e produzidas por autores como Protasio Langer evidenciam a ancestralidade indígena possibilitada por mulheres que eram “pegas a laço” ou “pegas a cachorro” em meio às matas. LANGER, P. Conhecimento e encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no sudoeste paranaense. *Diálogos*. DHI/IPPH/UEM, v.11, n.3, p. 71-93, 2007. Disponível em: http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=53&path%5B%5D=pdf_38. Acesso em: 22 mar. 2012.

7 POCAI FILHO, R. L. “Bicho do Mato”: O sertão caboclo no sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, C. A. História, tradição e memória. Francisco Beltrão, *Jornal de Beltrão*, 2011.

8 VORPAGEL, E. K. *A revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957*. 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2012.

9 POCAI FILHO, R., op. cit.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt, “ele fazia tudo: era responsável pela vigilância, controle e fiscalização da vida da população. Chegava a fazer casamentos, na falta de padres e juizes”.¹⁰ A sociedade, vigiada constantemente, possuía uma moral em torno da venda da terra, a palavra era lei. Não uma lei escrita, mas uma lei baseada numa moral que procurava se enrijecer pelo boca a boca e por um revólver na cintura rodeado de balas.

Para Corrêa¹¹, quando falamos em região, devemos ter em conta que ela aparece como algo construído historicamente pela ação do seu principal agente, o ser humano. A região aparece como a circunscrição político-administrativa, produto da ação do poder central sobre o poder regional. Foram as determinações da União, com a criação da CANGO e suas políticas de povoamento, que impossibilitaram o modo de sobrevivência do caboclo na região. Este, por sua vez, desconhecia o que era a região, sua amplitude, ou em que direção ficava o Sudoeste.

O processo de transformação da terra, entretanto, não fora suficiente para que em poucos anos os conflitos do Sudoeste tomassem destaque. Além de governador, Lupion assumia o papel de principal investidor e empresário das companhias colonizadoras que se instalaram no Sudoeste (APUCARANA, CITLA e COMERCIAL PARANÁ). Ele ignorou o projeto de ocupação desenvolvido pelo governo federal e leiloou as glebas Missões e Chopim, sendo ambas arrematadas pela companhia CITLA (Clevelandia Industrial e Territorial Ltda.), um território de aproximadamente 198.000 alqueires de terras vendido pela mínima quantia de Cr\$ 8.600.000,00.¹²

Os colonos, resistindo às intenções da CITLA, permaneceram nas terras. Não visto pelas autoridades políticas e com uma considerável ausência de autoridades policiais e militares, o Sudoeste se viu tomado por jagunços que trabalhavam em nome das companhias colonizadoras para “convencer” os colonos a deixarem tais terras. Evidentemente, como não possuíam escrituras das terras, os posseiros tiveram a posse da terra questionada pelos jagunços. Essa terra, fator de sobrevivência dos colonos, tornou-se quesito importante para a resistência dos posseiros em contraponto às violências dos jagunços.

Entre trincheiras e valetas: o fazer-se da consciência do posseiro

“É num baile de fronteira que a gente pode aprender
Esse balanço safado de se dançar chamamé
Tem que ter manha no corpo, pra sapatear tem que ter
Tranco de sapo baleado e jeitão de jagaretê
Tudo começou em Corrientes, num baile, veja você.
Também se orelhava um truco, que é um modo de se entreter
Um ás que sobrou na mesa bastou pra coisa ferver
A cachaça brasileira alguma culpa há de ter
Se foi tiro ou cimbronaço, pago pra ver
Deixa que venha no braço pra se entender
Se o facão marca o compasso, deixa correr
Enquanto sobrar um pedaço vamo metê”
(trecho de “Baile de fronteira”, de Luiz Carlos Borges)

Reconhecida nesse chamamé, a fronteira aparece na voz de um semblante

10 SCHMIDT, M. A. *Histórias do cotidiano paranaense*. Curitiba: Letraativa, 1996, p. 85.

11 CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

12 MADER, op. cit.

da cultura gaúcha como um ambiente de conflito. Aconteceu em Corrientes, na Argentina, fronteira com o Rio Grande do Sul; entretanto, a música foi um dos artigos da cultura que o gaúcho carregou consigo até a nossa região.

A cultura neste instante, análoga a algo brotado na terra e onde o gaúcho tinha “fincado raízes”, se coloca como ponto culminante na constituição dos limites das nações. A fronteira deve ser reconhecida como local onde começa a nação e onde ela nasce para o estrangeiro. Sobretudo, reside de um lado a outro da fronteira o reconhecimento do “outro”. Observando o bailão e os elementos nele presentes, ou seja, a arma, o truço, a “canha”, o facão... percebemos nesse ambiente de fronteira a edificação de um palco montado onde a atuação dos diferentes personagens se porta em torno da violência.

Antes ainda da chegada desse migrante, a violência já era elemento presente no convívio da região. O caso mais marcante foi o do linchamento de Pacífico Pinto de Lima, em 1928, que por ironia do nome era um fazendeiro acusado de grilar terras, praticar diversas agressões e até de cometer diversas mortes contra caboclos que trabalhavam em sua fazenda e aos quais se recusava a pagar seus merecidos salários. Pacífico Pinto foi linchado dentro do Fórum de Clevelândia durante seu julgamento, pois, por ser um homem de posses, todos tinham por certeza que seria inocentado.¹³

A estabilidade dos limites da fronteira em um momento e, em outro, o eventual encontro de diferentes personagens provenientes de diferentes nacionalidades em uma região distante que foi povoada e despovoada de diferentes e sucessivas maneiras, além de revelar sintomas de tratamento do poder central sobre o local, possibilita perceber elementos que interferem na consciência desses homens e mulheres da fronteira.

Ao enxergar uma região de fronteira e analisar os fatos, percebendo sua simultaneidade no processo histórico, nos permitimos abrir espaço para uma micro-história regional que, ao se comprometer com um pequeno recorte, propicia a ampliação do debate em torno de um pequeno objeto, tornando-o mais evidente. Segundo Bernard Lepetit, o local assume uma personalidade própria; muito além do seu dialeto, ela exhibe feições próprias em suas regras, valores, normas. Assume uma forma própria de funcionamento social. O recorte do historiador, apesar de preciso, se torna um trabalho árduo, ao encontrar entre as diferentes ideias do local uma complexidade, uma combinação de tempos e dela extrair a atuação de uma multiplicidade de atores sociais presentes no cenário.¹⁴

A eventual fronteira entre argentinos e brasileiros não pode ser considerada a única na constituição da região. Inúmeras fronteiras produziram relações de estranhamento entre os diversos agentes da sudoestividade. Neri Bocchese, ao citar alguns conflitos, relembra o caso do “desalmado bandido Guarapuava”, conhecido por ser “acostumado a mandar e não pedir nada”. Conta ela que em uma das edições da Festa de São Pedro, padroeiro de Bom Retiro (interior de Pato Branco), o bandido deu ordens a um garoto para buscar na bodega uma garrafa de cachaça. O pai do menino interveio, dizendo ao garoto: “Você não é nenhum servo para ser mandado desse jeito!”. Do bate-boca ao uso da arma foi pra já, pois todos os

13 VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno: Origens de Pato Branco*. Artepess, Dois Vizinhos, 1996.

14 LEPETIT, Bernard. *Sobre a escala na história*. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Trad: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, p. 77-102, 1998.

homens da vila, andavam armados e bem armados. Não respeitaram o padroeiro, e enfrentaram o pistoleiro Guarapuava.¹⁵

O suposto “desrespeito” para com o padroeiro da festa evidencia o grau de indignação presente no espírito dos moradores de Bom Retiro. Além disso, podemos perceber que existe nessa sede de vingança uma manifestação coletiva dos moradores. Os casos de linchamento também se colocam como parte dessa manifestação coletiva e não devem ser encarados como fruto da “selvageria” dos moradores, mas sim como uma alternativa parcial ou, em certos momentos, até uma total inexistência de autoridades policiais na região.

Era importante para esses moradores que a justiça fosse aplicada instantaneamente e em favor da comunidade e não apenas do indivíduo, ou seja, qualquer atitude desrespeitosa não ofendia apenas o sujeito desrespeitado, mas também toda a comunidade presente. Essa manifestação coletiva pode ser considerada uma das qualidades da consciência de comunidade que impulsionava o “ser posseiro”, ou melhor dizendo, a sua consciência de classe. Caracterizar a região apenas como violenta seria um tanto irrisório. A própria Bocchese, ao falar da fé dos moradores de Villa Nova (antiga Pato Branco), exalta a presença das armas no pequeno município:

Rezar na capela todos os domingos era uma obrigação que ninguém discutia. Como a população andava sempre armada, [...] se ia às rezas com o facão, a faca, o revólver, a pistola ou a própria espingarda. Entrar na casa de Deus armado não combinava, era consenso entre os moradores. [...] O mais interessante era que, ao chegarem à capela, todos [...] guardavam as suas armas debaixo do chapéu, em algum lugar no assoalho, ou na escada da própria capela.¹⁶

A arma aparece como elemento incorporado ao cotidiano. Agressões, tiroteios, linchamentos, entre outras formas de conflito faziam parte do cenário que se construía no sertão do Paraná. Entretanto, a presença das armas não significa que qualquer atitude era respondida a bala. Dentro de sua terra, o posseiro tinha sua posse questionada e via a arma como algo necessário, domesticado e de prevenção a uma ameaça exterior. Além do que, voltemos a frisar que o sertão era um lugar de pouca presença policial. Ainda assim, não devemos dizer que a região era apenas uma “terra sem lei”, ao momento que a negociação era outro elemento presente na vida do posseiro, seja para comprar sua terra ou até mesmo para conseguir melhor preço ou adiantamentos na bodega. Portanto, o sertão pode ser considerado um espaço de grande aprendizado na sua experiência social cotidiana.

Analisar esses fatos se torna fundamental para o andamento da pesquisa, ao passo que antecedem e explicam certos elementos presentes na Revolta de 1957. As manifestações coletivas colocam diante de nós a possibilidade de um estudo em torno da “formação” da consciência do “ser posseiro” enquanto pertencente a uma classe. Segundo Karl Marx e Friederich Engels “os indivíduos separadamente formam uma classe apenas na medida em que levam a cabo uma batalha comum contra outra classe”.¹⁷

Segundo E. P. Thompson, os trabalhadores se constituem enquanto classe “a partir das experiências vividas em comum”.¹⁸ O uso do termo “formação” no texto, aqui entre aspas, indica que ao observarmos a construção da consciência de

15 BOCCHESE, Néri França Fornari. *Pato Branco sua história sua gente*. Pato Branco: Imprepel, 2004, p. 160.

16 BOCCHESE, op. cit., p. 160.

17 MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Marti Claret, 2006, p. 45.

18 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

classe não podemos acreditar que existe uma consciência “pronta e acabada” ou que uma é “certa” em detrimento de outras consciências “erradas”. Não existe um último estágio da consciência. Persiste um eterno “fazer-se” da consciência de classe à qual os trabalhadores, e no nosso caso os posseiros, estão sujeitos:

Nenhum exame das determinações objetivas e, mais do que nunca, nenhum modelo eventualmente teorizado podem levar à equação simples de uma classe com consciência de classe. A classe se delineia segundo o modo como os homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a “verdadeira” formação de classe em um certo “estágio” do processo.¹⁹

Apenas caracterizar o posseiro como pertencente a uma classe, não satisfaz. Torna-se necessário analisar como as diferentes experiências se cruzam e produzem um sentido próprio para aquele momento histórico, algo adquirido muito antes da década de 1950. Essa oportunidade proporciona outro estímulo na pesquisa, que não se proponha a fazer uma “anatomia” do posseiro e apenas rotulá-lo como rebelde. Thompson nos incentiva a perceber toda a carga cultural que perseguiu os diversos cotidianos, um sistema de valores que se alinha com um conjunto de expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia.²⁰

A violência cometida nos diversos cotidianos dos posseiros é também apresentada pelo posseiro como resposta; por isso regula essas expressões simbólicas. Cada indivíduo da fronteira era carregado de decisões e precisava tomá-las. O aparecimento dos jagunços foi o episódio que trouxe esse conjunto de expressões à tona e regulou as relações de poder da sociedade — algo que discutiremos mais adiante.

O posseiro deve ser visto muito além dos conflitos e das revoltas; ele também assume a personalidade de pai ou mãe de família, como frequentador das missas da sua paróquia, figura carimbada do bar mais próximo, comprador de fiado na mercearia, admirador do pôr do sol na companhia de um chimarrão, apreciador da rádio AM que toca música popular, jogador de bocha na cancha do bairro, apostador em rinhas de galo, entre outros.

Tais elementos que formam um sentido de vida do posseiro acontecem por meio dessas manifestações coletivas. Existe em torno da festa, da missa, do jogo, todo um “autoconstruir” da comunidade. É de uma multidão migrada de outras regiões, colocada em lavouras e demais atividades, que percebemos os diversos modos de vida dentro e fora do trabalho; em outras palavras, nesses ambientes, podemos observar a representação de uma classe compondo as forças produtivas do Sertão do Paraná. Alistair Thomson, ao estudar as famílias de imigrantes italianos, percebeu que as relações familiares se tornavam vitais para conseguir trabalho, “em oposição a um modelo de progresso individual” baseado na formação pessoal e educacional.²¹

Os bodegões, os bares e os comércios de secos e molhados, locais da sociabilidade do sertão, se tornam o palco desse “fazer-se” da consciência de classe.

19 THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos ingleses*. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 277.

20 THOMPSON, op. cit., 2001.

21 THOMSON, Alistair. “Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração”. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

Muito além do balcão, onde eram vendidos sacos de feijão e arroz, paçoca, latas de querosene, litros de cachaça, ferragens, vestimentas para a lida do campo e para o lazer, entre outros produtos, se comercializava também informação, seja no rádio sintonizado na Colmeia de Pato Branco, na frequência 1.520 Hz, que noticiava os acontecimentos da região ou pela própria boca do bodegueiro — que tudo via, tudo ouvia e tudo sabia em torno da região.

No balcão, fronteira entre o comerciante e seus clientes, e onde se faziam os pedidos de mantimentos, também se noticiavam agressões e violências contra as famílias posseiras. O bodegueiro tinha contato com tropeiros, caixeiros-viajantes, carroceiros, seres que iam e vinham de cá para lá por todo o sertão, enfrentando os perigos da mata fechada entre lobos-do-mato, leões-baios e indígenas Kaingang e Guarani que procuravam defender seu território.

Consequentemente, sabiam as melhores rotas para chegar a qualquer lugar e, sobretudo, o que estava acontecendo nesses lugares, como, por exemplo, as violências praticadas e os crimes realizados contra as famílias de colonos. O conhecimento do bodegueiro, criando em torno de si uma rede de informação, logo fora suficiente para identificar a ação violenta de estranhos personagens que passaram a compor o cenário do sertão do Paraná naquele momento, ou seja, os jagunços.

Os jagunços eram contratados pelas três companhias colonizadoras que se instalaram na região (CITLA, APUCARANA e COMERCIAL PARANÁ) para obrigar os posseiros a assinarem os contratos de compra das terras em que viviam. Os que se negassem sofriam as piores violências. Os papéis usados como “contratos” eram folhas amassadas, papéis de embrulho e maços de cigarro. Neles, o jagunço assinava seu apelido. Logo a desconfiança dos colonos pairou no ar e muitos se recusaram a assinar. O clima de terror se instaurou; muitos colonos fugiam para o mato a fim de se esconder da jagunçada.²²

Foi em um dia qualquer, possivelmente em uma bodega qualquer, que João Saldanha contou o ocorrido com sua família. Em poucos instantes essa rede de informação estenderia um de seus pontos até os ouvidos de um antigo funcionário de uma casa de comércio de Francisco Beltrão, que agora era locutor da rádio Colmeia de Pato Branco. Ivo Thomazoni transformou a voz dos posseiros em informação difundida nas ondas de rádio. A informação, por conta da distância daquele sertão, era de grande valor, maior do que qualquer produto da bodega. Sob o lema “Não atacamos, comentamos”, a rádio se tornou porta-voz das injustiças ocorridas sertão afora. Uma das estratégias utilizadas pelo locutor foi sensibilizar a população, colocando depoimentos de colonos sobre sua história e sobre como ocorriam as violências, como perdiam suas terras.²³

Um fato só é reconhecido enquanto tal, no momento em que é informado. A construção da notícia, em outras palavras, permite infinitas disposições de manipulação da realidade. Segundo Pegoraro, “a imprensa adquire, assim, um papel significativo na construção da narrativa histórica contemporânea, enquanto poder simbólico formador de discurso histórico, já que os meios de comunicação assumem o papel de intermediários para que o acontecimento marque agora a sua presença”.²⁴ Essa manipulação possibilita perceber que muito além das ruas, muito além das ondas do rádio, o sentimento natural de revolta dos posseiros possuiu

22 VORPAGEL, op. cit.

23 PEGORARO, E. Através das ondas do rádio: a mediação de um levante agrário em 1957. In: *Rev. Estud. Comun.*, v. 10, n. 22, maio/ago. Curitiba: [s.n], 2009, p. 201-210. Disponível em: <http://www2.pucpr.br>. Acesso em: 05 abr. 2012.

24 PEGORARO, op. cit., p. 202.

seus bastidores. A reação à violência dos jagunços não ocorria somente nos ambientes urbanos. O interior das cidades revelou a grande capacidade de luta, mas, sobretudo, de organização dos posseiros.

Bilhetes mandados de um sítio a outro, treinamentos de fugas das estâncias e trincheiras rentes às estradas; aos poucos os posseiros iam adotando métodos de organização para resistir ao mando das companhias. Cada entrada da cidade de Santo Antônio do Sudoeste, por exemplo, possuía uma trincheira com dez homens. Muito deles eram chamados de “farrapos”. Farrapo, termo em alusão aos participantes da Revolta Farroupilha, segundo Vorpapel, era designado a alguém “supostamente foragido da polícia riograndense”.²⁵ Antes ainda de chegar ao Sudoeste, quando ele aqui aparecia, possuía uma concepção própria de justiça que lhe dava um caráter de liderança.

O farrapo mais conhecido dessa cidade de fronteira era Pedro Santin; a fronteira era íntima do farrapo.²⁶ Um dos participantes da revolta declarou que, anos antes, Santin participou de uma “peleia” em Capanema e “brigou com um paraguaio [...], eles amassaram mais ou menos uns dez metros por dez num [matagal], brigando os dois [...], diz ele que ‘pelearam’ mais de meia hora, então era um ‘home’ que brigava pela razão” [sic!].²⁷

Um dos posseiros que sempre ficava responsável por levar comida aos “home da trincheira” revelou: “então nós tinha comunicação, era um apitinho de 38, cartuchinho 38, cheguei lá tem um burrinho cas coisa, cas mercadoria, apitei ‘pi’, o otro de lá respondeu ‘pi’, era o que tava ali pra dá o sinal” [sic!]. Paras as trincheiras, eram mandados porcos e vacas já carneados das colônias em volta; comida não faltava.²⁸



Imagem 2: O caráter popular e de massa da Revolta foi perceptível nas ruas

Distrito de Lageado Grande – Capanema, 14 de agosto de 1957:

Sabendo que uma reunião entre colonos e diretores das companhias aconteceria, Santin e seu grupo armaram sua trincheira num dos cantos das pistas. Avistando uma camioneta vindo na estrada, eles miraram precisamente a fim de deter sua chegada. Sem saber que os diretores não iriam a tal reunião por terem suspeitado de

25 VORPAGEL, op. cit., p. 8.

26 Ibidem.

27 CRESOL. *A revolta dos posseiros/colonos no sudoeste do Paraná* [vídeo]. Disponível em: <http://www.youtube.com>. Acesso em: 05 abr. 2012. Para comemorar os 50 anos do ocorrido, a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL) elaborou um documentário com relatos dos antigos posseiros que participaram da Revolta. Os colonos participantes decidiram por não revelar seus nomes. Todas as entrevistas foram realizadas em Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste.

28 Ibidem.

alguma emboscada, Santin e seu grupo atiraram fulminantemente contra a camioneta que era guiada por um motorista, tinha no banco do passageiro um jagunço, e carregava os colonos que embarcaram na estrada. Dos 14 ocupantes, sete morreram, os demais fugiram e se esconderam no mato. Essa ficou conhecida como a famosa “toçaia do Km 17”.²⁹

Apesar da tragédia, esse evento mostra o grau de organização do grupo de Santin ao esperar os líderes das companhias na trincheira formada por eles. Dias depois, um prédio de dois andares onde residia o escritório da companhia foi queimado em Santo Antonio. A cidade ainda assistiu à tomada da delegacia, que contou com a liderança de Augusto Pereira, que tinha a seu lado mais de trezentos agricultores, “só gente da ‘colonha’, uns com foice, outros com facão, outros com machado, outros com pedaço de pau e mais da metade armado de ‘revólve’ e espingarda, arma forte não tinha nenhuma” [sic!].³⁰ O guarda não resistiu e entregou a chave da delegacia, até que chegou um “delegado de fora” e apontou uma metralhadora que estava embaixo do seu pala nos colonos ali presentes.

“Home loco, mas o finado Pedro Santin [...] prego-lhe fogo nele já”.³¹ Os quatorze presos foram soltos e aderiram à causa dos revoltosos. A expulsão dos jagunços das cidades de fronteira os empurrou cada vez mais para as cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão.

Pato Branco, 09 de outubro de 1957

Jácomo Trento, o popular Porto Alegre, foi procurado por colonos de Verê — distrito da cidade — que traziam consigo três crianças. Elas foram surradas de açoiteira — tipo de chicote usado para bater e amontoar o gado — pelos jagunços que rondavam aquele lugar. Todos então se dirigiram à delegacia, mas o delegado disse que nada poderia fazer. A rádio Colmeia, então informada do caso, comunicou à sociedade e logo a praça foi tomada por centenas de homens, mulheres e até de crianças.³²

Ali muitos armados e indignados puderam ver os vergões na pele das crianças. Uma reunião presidida pelo prefeito Waldir Graeff foi marcada para o fim daquela tarde no salão da paróquia. Diversos assuntos entraram em pauta: uma reunião dos partidos políticos da cidade; foram organizados piquetes guarnecendo as estradas de acesso à cidade, instituições públicas, banco do estado, rádio Colmeia, entre outros; uma junta tendo como líder o agrimensor Aparício Henriques mandou diversos telegramas às principais autoridades do estado e do país, informando os acontecimentos na região.

Uma carta foi produzida pelos Partidos de Pato Branco (PSD, PTB, PSP, PRP, UDN) e endereçada à capital, informando os assassinatos do vereador Pedrinho Barbeiro, de “dois pacatos colonos”, o espancamento da família de Otto Shwarcz — cidadão desde então desaparecido — e o saque e incêndio da casa de José Rodrigues, onde sua sobrinha de quatorze anos foi cruelmente violentada. Foi desse documento que se retiraram duas resoluções: 1a.) “Cerrar as portas do comércio por três dias” e 2a.) Construir uma comissão que iria até as autoridades do estado

29 VORPAGEL, op. cit.

30 RESOL, Op. cit.

31 Ibidem.

32 VORPAGEL, op. cit.

para dar-lhes um “ultimatum”, já que a situação do Sudoeste já havia tomado um caráter de emergência. Enquanto as ameaças persistiam, as portas cerradas, além de um ato simbólico contra as agressões, significavam a interrupção na produção e na venda de mercadorias, ou seja, uma pausa no sistema circulatório e no ritmo de vida das cidades.³³

Porto Alegre, assim como outros líderes da revolta, foram nomeados Inspectores Especiais da Polícia. Na prática, Jácomo Trento assumira a delegacia da cidade; essa nomeação decorreu da relevância do seu papel como líder dos pato-branquenses nos episódios decisivos da revolta. Porto Alegre perseguiu e prendeu jagunços escondidos nas encostas do rio Iguaçu, dentre eles, o famoso líder da jagunçada que atendia pela alcunha de Maringá – que foi levado à delegacia para prestar esclarecimentos.³⁴

Francisco Beltrão, 10 de outubro de 1957

As notícias de Pato Branco percorriam o Sudoeste, é claro, pelas ondas do rádio. Em Beltrão, o levante tomou proporções ainda maiores. O médico Walter Pecoits ouviu na rádio Colmeia de Beltrão um manifesto, conclamando a população. Pouco depois do meio-dia, marchavam pelas ruas homens, mulheres, crianças, velhos... Vinham do interior colonos, muitos amontoados sobre carroças, caminhões, carros, muitos a pé, a cavalo, armados de pau, pedras, foices e facões. Cada passo parecia se direcionar à dignidade.³⁵

Enfim, seis mil pessoas tomaram as ruas, tendo à frente um grupo que carregava a bandeira nacional, simbolizando o caráter cidadão dos revoltosos contra as companhias grileiras de terra. Diversas vigílias tomaram as estradas, que foram bloqueadas, assim como o aeroporto que foi impedido com toras. Francisco Beltrão amanheceu sem prefeito, nem delegado, pois ambos fugiram. Lino Marchetti, que ordenava as agressões, e os jagunços ficaram aquartelados no escritório da COMERCIAL e foram levados da cidade em viaturas da polícia. Lá foi encontrado um verdadeiro arsenal, Winchester, metralhadoras e muita bala. Documentos foram rasgados, queimados. Ficou imortalizada na memória de Francisco Beltrão a imagem dos documentos das companhias de terra espalhados pelas ruas da cidade; os seus escritórios foram depredados pela população.

Chegou de Pato Branco o Chefe de Polícia do Paraná, Pinheiro Junior. Dirigiu-se à rádio para discutir com os líderes da revolta. Logo o edifício foi rodeado por homens revoltados com a atuação da polícia perante as agressões dos jagunços. O piloto do avião que trouxera Pinheiro Junior foi ameaçado pelos colonos e obrigado a levantar voo, deixando o chefe de polícia sozinho na cidade.

Pinheiro Junior aceitou cumprir as seguintes exigências: exonerar o promotor; substituir o delegado; transferir o juiz; não reabrir os escritórios das companhias e não processar os posseiros que participaram da revolta. Após um duradouro de violência, em que as armas eram coadjuvantes de uma concepção própria de justiça, e logo depois de um período considerável de luta e resistência armada por parte dos posseiros, estes buscam alternativas para resolver seus problemas.

33 MADER, op. cit., p. 9.

34 GOMES, I. Z. 1957: a revolta dos posseiros. Curitiba: Criar Edições, 2005.

35 VORPAGEL, op. cit.

A presença de um membro do governo estadual frente aos posseiros permite um momento de negociação entre ambas as partes. Esse episódio prova a capacidade deles de vislumbrar diferentes alternativas para resolverem os seus problemas.

A sociedade em que viviam gerou as condições para isso. A distância dos grandes centros proporcionou condições suficientes para a formação de líderes regionais capazes de mobilizar muita gente, sendo independentes de outras autoridades. A violência presente no cotidiano era decorrente dessa distância; entretanto, era uma violência de homem contra homem, frente a frente. Antes dos anos de 1950, não se tinha notícia de tiros pelas costas e agressões públicas contra mulheres e crianças. Além da ameaça de tomada das terras, isso foi algo que gerou imensa indignação na população que, revoltada, decidiu enfrentar os jagunços, as companhias colonizadores e o poder público.³⁶

Os farrapos se apresentam como porta-vozes dos posseiros entre as trincheiras; comerciantes assumem a liderança no ambiente urbano. Muito além dos líderes, os posseiros mostram uma baita organização por meio da comunicação nas bodegas, nas trincheiras e nos centros das cidades. Além do sangue correndo pelos cantos das pistas, foi das valetas que simples trabalhadores emergiram para a História com uma faca ou um 38 nas mãos, a fim de fazer justiça a qualquer custo. Um ano depois, essa justiça foi parar também na voz do senador Mader: “Justiça, clamam as vítimas. E justiça terá de se fazer!”.³⁷

Muito além desses homens e mulheres que saíram das valetas da História, um ano depois, a denúncia do senador descortinou dos bastidores diversos personagens que articularam o clima de estabilidade e de violência na região. Além de suas palavras culparem as companhias, o governo estadual foi denunciado por não impedir que o clima de violência se instaurasse no Sudoeste do Paraná.

Em Pato Branco, diversos piquetes fecharam o comércio e guarneceram estradas e o banco do estado.³⁸ Os posseiros lá estavam bem armados, espregando a chegada de jagunços. Todas essas medidas refletem o grau de organização dos posseiros em torno da Revolta de 1957.

A violência não emergiu apenas na década de 1950 no Sudoeste. Essa, entretanto, era normalmente uma violência de homem contra homem, frente a frente, em duelos e tiroteios. Os requintes de crueldade por parte dos jagunços são uma característica importante que torna a resistência armada dos posseiros a sua única alternativa de sobrevivência, que somente foi possível a partir de manifestações coletivas de consciência e muita organização por parte dos posseiros.

Terra, poder e a “dupla responsabilidade” do Grupo Lupion: as relações de poder em torno da Revolta dos Posseiros.

“na consciência de nosso progresso encontramos a emulação para mais progresso, o entusiasmo para mais trabalho e a amálgama para essa união dos espíritos que faz hoje com que o Paraná se apresente

36 VORPAGEL, op. cit.

37 MADER, op. cit., p. 33.

38 VORPAGEL, op. cit.

como um conjunto coesíssimo, para o esforço de construção de sua grandeza” (Discurso de Lupion perante a Assembleia Legislativa do Paraná em 1948)

Ainda durante a década de 1940, Moysés Lupion, formado em Contabilidade, era um grande empresário conceituado no estado. Portanto eleito governador em 1947, assumiu em 1948 e foi ovacionado pela Assembleia Legislativa do Paraná, ao encarar o compromisso de trazer ao Paraná o “progresso” e o desenvolvimento econômico e social.

Seu projeto previa a ocupação do território paranaense, a fim de “pôr em atividade nosso vasto sertão”. Foi nesse momento que as glebas Missões e Chopim foram leiloadas para a CITLA. A procura por lotes foi acentuada e gerou diversas disputas de terras entre companhias colonizadoras e posseiros por todo o Paraná.³⁹

Em campanha para o governo do estado, no ano de 1955, Lupion foi questionado por um jornalista sobre a questão da terra no Sudoeste e sua resposta foi direta: “As terras pertencem aos colonos”; essas palavras ficaram entaladas na garganta de Othon Mader. Existe nos bastidores uma manobra de diversos personagens que influenciaram no contexto da época. Abaixo citam-se indiretamente os discursos de Mader no Senado.



Imagem 3: Mapa que consolidou a campanha do segundo mandato de Lupion (1956-1961): as riquezas naturais paranaenses e os empreendimentos que o governo executou: café (norte), madeira (oeste-sudoeste), chá (sul) interligados pelo plano rodo-ferroviário.

Rio de Janeiro, seis de outubro de 1958:

Sobe à Tribuna do Senado o parlamentar Othon Mader, cuja fala se pautou sobre a chamada “Rebelião Agrária do Sudoeste do Paraná em 1957”, em resposta ao senador Gaspar Veloso, que, após negar as mortes de posseiros no Sudoeste, ainda advertiu: **“se não puderem apontar sequer o nome de um colono sacrificado, então eles estão agindo como maus patriotas”**.⁴⁰

A postura irredutível de Veloso tinha seus motivos. Vasculhar delegacias

39 ASA CIVIL. Moysés Lupion. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2012.

40 MADER, Op. cit, p. 3. (grifos no original)

atrás de registros de boletins de ocorrência sobre agressões e mortes seria inútil: “porque a ordem é de não registrar óbitos, não abrir inquéritos, nada apurar naqueles que inadvertidamente foram abertos e de espancar, aterrorizar ou matar os audaciosos que tiverem a petulância [...] de se queixar a polícia ou à Justiça” [sic!].⁴¹

A postura da polícia em não registrar ocorrências favoreceu a livre atuação dos jagunços e das companhias na região. Segundo Mader:

Êsses crimes ficam geralmente impunes; não se instauram para êles, os inquéritos. As autoridades não têm interesse em descobrir os assassinos para não puní-los. É a razão porque, nos cartórios daquelas regiões, não há prova de que hajam sido mortos posseiros ou colonos. [sic!]⁴²

Mader utilizou três documentos em seu discurso: a carta dos partidos de Pato Branco; o termo de declarações do jagunço Maringá; e um abaixo-assinado direcionado ao presidente Juscelino Kubitschek. O senador rebateu o que chamou de “maledicentes acusações” feitas pelos jornais de propriedade do “Grupo Lúpion”; os tabloides diziam ser “ridícula” a afirmação de que jagunços e policiais teriam sepultado cadáveres em roças ou jogados ao fundo dos rios, “para que os indícios dos crimes desaparecessem”:

Esses fatos por mim aqui revelados como demonstração do barbarismo com que agiam as companhias colonizadoras, amparadas pela polícia, encontra sua plena confirmação no assassinio dos colonos Rogério Viana, Augusto da Silva e José Silvestre, no município de Capanema, cujos cadáveres foram descobertos nas proximidades da balsa do Rio Iguaçu, com as mãos atadas e tinham enormes pedras amarradas aos pés. Outra confirmação, está no encontro do cadáver de Genésio Machado, no fundo do Rio Santa Rosa, num achado macabro a que assistiu o próprio prefeito de Francisco Beltrão, Angelo Camilotti [(PSD)].

Diversos colonos foram enterrados nas roças e sobre eles era plantado trigo; paus eram fincados na terra, a fim de identificarem onde cada um fora enterrado. Isso servia aos jagunços diante das companhias para calcularem o número de trabalhadores mortos. O plenário do Senado se configura num palco de disputa pela “verdade”. Essa “queda de braço” entre PSD e UDN persistiu e exhibe um conjunto de relações de poder que determinou do início ao fim esses conflitos de terra.⁴³

Para Max Weber, o poder seria a capacidade de um homem ou de um grupo social em exercer sua vontade própria numa ação comunitária, mesmo que essa seja exercida contra o interesse de outras pessoas e outros grupos sociais.⁴⁴ Diversas possibilidades, já discutidas aqui, permitem perceber essa ação do poder central sobre o poder local.

Nove de dezembro de 1958

Othon Mader sobe à tribuna do Senado outra vez, trazendo consigo uma lista em que cita nove assassinados, dois desaparecidos e cinquenta e nove culpados

41 MADER, op. cit.

42 Ibidem, p. 4.

43 Ibidem, p. 14.

44 WEBER, Max. *Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Trad. José Medina Echavarría et al. 2.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1984, p. 1237.

pelas agressões e assassinatos. Entre estes últimos, estão jagunços, delegados, empreiteiros das empresas colonizadoras e — encabeçando a lista — o nome do governador do estado, Moysés Lupion.

O senador atribuiu ao governador a “dupla responsabilifidade” pelos fatos ocorridos — seja como homem público, seja como chefe do chamado “Grupo Lupion”, que incorporaria as três empresas colonizadoras. O poder econômico e político de Moysés Lupion passou a ser desmistificado palavra a palavra emitida pelo senador; sua denúncia partia da formação de uma infraestrutura de agressão em massa contra os posseiros. Antes de partir dos seus lucros exorbitantes, Othon Mader atinge a base do Grupo Lupion e demonstra como o “luxo nababesco” da corporação pôde ser formado.⁴⁵

Essa base é formada pelos jagunços que, segundo o senador, eram homens buscados fora da região, muito bem pagos e considerados funcionários das companhias. A denúncia de Mader serve para percebermos não somente o grau de violência presente na região. A contratação dos jagunços — homens bem pagos e valorizados —, seu transporte — de avião e de jipes, acompanhados de capangas e com direito a motorista particular —, as armas que carregavam — como no ditado popular “armados até os dentes” —, a sua hospedagem — nos melhores dormitórios e hotéis —, os materiais necessários para as práticas de expulsão dos colonos — querosene, gasolina para o transporte e, principalmente, para queimar as casas das famílias posseiras... Tudo isso, gerado por um enorme movimento de capital por parte das companhias que financiavam esses caros homens e suas eventuais despesas, que quanto mais “ferozes” mais “valiam”.

O tom de suas palavras tece abaixo de nossos olhos o grau de profissionalização e de valorização do jaguncismo, em detrimento do desprezo às famílias posseiras. Ele não se coloca apenas nos conflitos de terra gerados no Sudoeste, mas também na postura das companhias perante tais famílias. Se por um lado existiu um instinto de matar dos jagunços, ele foi inflamado pela ambição sobre a terra e pelo grande capital das companhias e de seus administradores.

Ao comentar a venda das glebas Missões e Chopim — que integravam o Sudoeste do Paraná — para a CITLA, Mader, indignado, chamou a atenção do Senado para o preço dos mais de 198.000 alqueires de terras: “Êsse patrimônio [...] foi transferido da União para a **Citla** por escritura fraudulenta e já anulada, pela ínfima quantia de Cr\$ 8.600.000,00”. [sic!].⁴⁶ Logo após a venda, sobre as terras os olhos dos empresários do “Grupo Lupion” já faziam outra avaliação dos seus valores:

Nas terras de que se apossou fraudulentamente, e que têm área de cento e noventa e oito mil (198.000) alqueires [...] a quantidade de pinheiros ali existentes é de dez milhões (10.000.000). Na mencionada base de preço, as terras valem Cr\$ 1.584.000.000,00 e os pinhais Cr\$ 2.000.000.000,00. Portanto o valor daquele patrimônio é de Cr\$ 3.584.000.000,00.⁴⁷

Após chamar a escritura de venda de “fraudulenta”, o preço pago pela CITLA foi 0,2% do valor real das terras: “A lesão sofrida pela União em seu patrimônio foi enorme. Tão grande foi, que já não é uma lesão, mas um roubo”.⁴⁸

45 MADER, op. cit.

46 Ibidem, p. 32. (grifos no original)

47 MADER, op. cit., p. 32.

48 Ibidem.

Sobre a “dupla responsabilidade” de Lupion, como governador e empresário, se torna interessante fazer uma salva sobre sua vida pública de estadista. Enquanto governador, por intermédio do chefe de polícia Pinheiro Junior, utilizou a guarda estadual contra a população e em favor das companhias. Alguns argumentos podem nos levar a suspeitar de como o governador Lupion tenha agido com suposta neutralidade, deixando tudo acontecer sem interferir. Isso, porém, já indica seu posicionamento, pois enquanto os posseiros clamavam contra as injustiças, se portar com neutralidade seria uma forma de escolher o lado do opressor.

A análise das fontes possibilita perceber que o tom político em torno dos episódios da revolta produziu novos vultos políticos na região. “A rebelião agrária do sudoeste do Paraná em 1957”, de Othon Mader, apresentado à população como material político para sua campanha como deputado federal, possui uma inscrição a lápis na sua última página: “para deputado estadual Ivo Thomazoni”.⁴⁹ Utilizando o prestígio político, buscaram ocupar cadeiras parlamentares e para isso buscam apoio no poder no momento em que interrompem o silêncio.

A solução para o conflito veio em 1961, quando o presidente Jânio Quadros assinou um decreto desapropriando as terras em litígio no Sudoeste do Paraná. O governo estadual e federal desistem de disputar a posse das terras e, em 1962, foi criado o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), ligado diretamente à presidência da República.⁵⁰

Os tiroteios e as manifestações no Sudoeste exibem diante de nós uma capacidade de poder considerável por parte dos posseiros e um saldo positivo a eles no fim da revolta, ou seja, a conquista das terras. Ainda assim, se torna importante frisar por parte dos opositores de Lupion que, apesar de suas investidas contra o seu “duplo poder”, apenas alguns jagunços foram julgados e acabaram na cadeia. Muitos, agora ex-jagunços, ainda rondam livremente a região, formaram família e fortuna, assim como políticos e empresários que saíram impunes dos crimes que cometeram contra os posseiros.

Considerações Finais

A ambição das companhias colonizadoras e a opressão do governo estadual se mostraram irreduzíveis; ambas procuraram compactuar contra os posseiros, violentando e assassinando membros de suas famílias. Para Othon Mader, essa ação se caracterizou como uma “dupla responsabilidade” do Grupo Lupion.

A consciência de classe dos posseiros sudoestinos se formou em seu cotidiano, mas se tornou determinante nos momentos de conflito durante a Revolta dos Posseiros de 1957. Ao irmos fundo nas entranhas da História, percebemos outros personagens, mulheres e crianças sendo violentadas e assassinadas cruelmente e em resposta a isso não viram outra alternativa senão resistir. Os posseiros, perante todo o mando das companhias e a ação do estado, se apresentaram como capazes de tomar para si as condições de mudar o curso da História.

Ao analisar as palavras do senador Othon Mader, não foi possível reduzir a pesquisa ao seu discurso. As motivações do conflito vão muito além de uma disputa por cadeiras no Senado ou pelo governo do estado. Os homens e mulheres que pegaram em armas aqui não pensavam num jogo de poder; a resistência era sua sobrevivência.

49 MADER, op. cit.

50 VORPAGEL, op. cit.

A História se torna um campo de luta política em que as diversas “verdades” são colocadas em uma arena de disputa entre diversos sujeitos históricos que nos exibem memórias hegemônicas e alternativas. Não é papel do historiador tomar partido, mas sim tornar possível uma pluralidade dos relatos a partir dos quais se ampliam os horizontes e se nega a invisibilidade sobre novas versões. Firma-se aqui o compromisso de recontar o passado a partir desses outros personagens. Muitos deles não têm seus nomes gravados em ruas, escolas e avenidas; seu anonimato é o que torna a História um eterno reviver.

Recebido em 25/10/2012
Aprovado em 17/04/2013